

# Sobre um Projeto Nacional de Afirmação da Soberania

## About a National Project on Sovereignty Endorsement

Patrus Ananias de Sousa\*

### Resumo

*O texto aborda um breve histórico sobre o conceito de Soberania e de Estado, de Aristóteles aos Contratualistas, e traz reflexões sobre os elementos essenciais à construção de um Projeto Nacional de afirmação da Soberania no atual contexto brasileiro e mundial. Partindo da premissa que os seres humanos se desenvolvem em comunidade ressalta a importância do Estado nacional, cuja força está no exercício pleno de sua soberania. As integrações regionais e globais são extremamente importantes, mas não diminuem a necessidade de um Estado com identidade própria, economia forte e sustentável, que acolha seu povo promovendo o seu bem-estar de forma ampla e integrada. O texto aborda então eixos centrais para a construção do mencionado Projeto Nacional, reforçando que as políticas públicas de redução da desigualdade social e, sobretudo, de fortalecimento da educação e do trabalho (inclusive nas suas novas formas), são primordiais para o estabelecimento de um Estado soberano.*

**Palavras-chave:** soberania, Brasil, projeto nacional.

### Abstract

*The text addresses a brief history of the concept of Sovereignty and State, from Aristotle to the Contractualists, and brings insights about the essential elements to the construction of a so-called “National Project of affirmation of Sovereignty” in the current Brazilian and world context. Starting from the premise that the human beings develop in community, emphasizes the importance of the National State, which strength is in the full exercise of its sovereignty. Regional and global integrations are extremely important, but they do not set aside the need for a State with its own identity, a strong and sustainable economy, that welcomes its people by promoting their well-being broadly and in an integrated way. The text then addresses central axes for the construction of the aforementioned National Project, reinforcing that public policies to reduce social inequality and, above all, to strengthen education and work (including their new forms), are essential for the establishment of a State sovereign.*

**Keywords:** sovereignty, Brazil, national project.

### Breve histórico do conceito de Soberania

Na conceituação trazida pelo dicionário Houaiss (HOUAISS, 2001, p. 2854) para Soberania verificam-se alguns elementos, a saber: “qualidade ou condição de soberano”; “território de um monarca soberano (rei, príncipe, sultão, etc)”; “poder político supremo do Estado como afirmação de sua personalidade independente, de sua autoridade plena e governo próprio, dentro do território nacional e em sua relação com outros Estados”; “conjunto de poderes que constituem um Estado politicamente organizado”. E destaca-se a conceituação de soberania popular como “doutrina política que atribui ao povo o poder soberano”.

Soberania não é um fato, mas um conceito construído historicamente. Cumpre observar que os seres humanos não se submetem exatamente à soberania, mas ao poder. Poder das armas, poder econômico, poder do povo. No período conhecido como Idade Média no Ocidente, o poder maior encontrava-se com a Igreja Católica. Em uma esfera intermediária estavam os senhores feudais e as corporações. Neste momento da história os poderes dos reis estavam mais enfraquecidos, atenuados.



Já no início da Idade Moderna, Jean Bodin (apud MARITAIN, 1966), teórico do absolutismo, preconiza que os príncipes soberanos são estabelecidos por Deus. Com os filósofos da Teoria Contratualista a partir do século XVI com Thomas Hobbes e chegando ao século XVIII com Jean-Jacques Rousseau constrói-se poderosa ficção histórica da teoria do contrato social do Estado.

Thomas Hobbes (HOBBS, 1983) sustenta não mais a soberania como vinda de Deus, mas dos homens. Reconhecendo toda a fragilidade dos homens – que em estado de natureza viveriam em estado permanente de guerra de todos contra todos, em total insegurança, atribuem a alguém a responsabilidade de organizar o Estado. O poder então é atribuído ao rei pelos homens, desde que sejam respeitados três pilares: a vida, os contratos e a propriedade.

Na teoria de John Locke (LOCKE, 1983) há uma ampliação das condições para o exercício do poder pelo rei. Constrói-se a ideia de parlamento, de garantia de liberdades básicas como a de pensamento, mantendo-se sempre o respeito à propriedade.

Jean-Jacques Rousseau (ROUSSEAU, 1983) já traz novos elementos ao contrato social ao tratar de uma vontade geral que incorpora e transcende as vontades individuais, na perspectiva do bem comum. No pacto social de Rousseau as pessoas não abrem mão de sua liberdade; a soma das liberdades individuais promove a soberania da coletividade.

A soberania é expressão desta vontade geral. Com Rousseau nasce também a ideia de corpo político que distingue da de soberania por ser menos estável e permanente. Em síntese, com Rousseau emerge a ideia de soberania popular, que não se transfere.

#### Soberania e o Brasil

Após essa breve digressão histórica da construção do conceito de soberania, vemos atualmente este conceito sendo questionado, como se fosse um conceito em decadência. O conceito de Estado também estaria vivendo o seu declínio? Não haveria mais sentido na existência de Estados Nacionais na era da globalização?

Diante destas questões divergimos de Vladimir Safatle (SAFATLE, 2016) para quem a soberania é, no máximo, um pacto temporário. Entendemos que o Estado não é um meio, mas sim um fim que possibilita a vida comunitária. E recorrendo a Aristóteles (ARISTÓTELES, 2009), para quem, a pessoa humana fora da comunidade ou é um deus, ou é um monstro,

buscamos a dimensão societária e comunitária do ser humano.

Entendemos que somos essencialmente seres comunitários, suplicantes do olhar do outro, do reconhecimento do outro. Nenhum de nós dá conta de viver sozinho, somos dependentes uns dos outros. Se para Aristóteles no princípio era a comunidade, com os contratualistas passa a ser o indivíduo. Ocorre que reconhecer a individualidade de cada ser humano e defender que cada um possa desenvolver suas potencialidades não esvazia a dimensão comunitária da nossa existência.

Discordamos da compreensão de que a globalização – que entendemos ser articulada prioritariamente em torno da concentração do dinheiro – esvaziaria o sentido da existência dos Estados Nacionais. Não podemos abrir mão dos Estados Nacionais que refletem a identidade e a forma de organização dos povos.

A humanidade avança a partir da contribuição das comunidades e das culturas nacionais. As pessoas se mobilizando em torno de um passado, de uma cultura e história comuns, constituem uma comunidade nacional. E a comunidade se organiza no Estado, que é a sociedade politicamente organizada.

Mas podemos então afirmar que o Brasil é hoje um país soberano? Plenamente soberano?

Temos uma questão extremamente delicada no Brasil: a nossa independência. Nos tornamos independentes de Portugal através da proclamação feita pelo príncipe herdeiro, que em seguida se tornou imperador do Brasil. Para tal proclamação pagamos uma fortuna a Portugal, que transferiu os recursos para a Inglaterra.

É necessário confrontar as nossas travas históricas, a começar pelo processo de independência do Brasil, que é um processo inconcluso.

Após a independência, tivemos nossa própria monarquia escravocrata. E o processo de abolição, apesar de ser uma conquista do movimento abolicionista, foi feito sem nenhuma reparação ou compensação financeira aos negros libertos (ALONSO, 2015). A liberdade veio acompanhada de precariedade e miséria.

No período da República Velha tem-se o Estado brasileiro completamente privatizado, na verdadeira República dos Coronéis. A eleição era “a bico de pena”, com o total controle dos caciques políticos sobre os eleitores (cuja boa parte encontrava-se inclusive no cemitério e era especialmente “ressuscitada” para a ocasião).

A década de 1920, por sua vez, tem sua importância ao refletir um momento que o Brasil tenta se encontrar como nação soberana. No ano de 1922 temos diversos acontecimentos relevantes: início do Movimento Tenentista (Revolta do Forte de Copacabana), a Semana de Arte Moderna e o início do modernismo na literatura brasileira, a fundação do Partido Comunista Brasileiro e a retomada da Igreja Católica como militante política (fundação do Centro Dom Vital e a revista “A Ordem”). Continuando o Movimento Tenentista, em 1924 houve a Revolução de São Paulo que se desdobrou na Coluna Prestes.

Não se pode ignorar que o período do governo Arthur Bernardes (1922 a 1926) foi extremamente conturbado, tendo sido decretado estado de sítio inúmeras vezes, face às mobilizações da época. O país estava vivo, inquieto, insatisfeito com as oligarquias tradicionais.

A Revolução de 1930 trouxe consigo avanços, mas também problemas, impossibilidades. Se por um lado não tocou na questão agrária, a Revolução de 1930 deu um passo à frente para reafirmar a soberania nacional, o Estado brasileiro, mesmo com todas as contradições, inclusive a ditadura do Estado Novo.

A partir dos anos 1950, com o advento da chamada Guerra Fria, mais uma vez retrocedemos, e vemos o Brasil se tornar uma grande área de influência dos EUA. Como sabemos hoje e muitos já intuía na época, o Golpe de 1964 foi fomentado pelos EUA quando nos movimentávamos para o desalinhamento com os seus interesses e discutíamos questões nacionais.

Após o período da ditadura vivemos a retomada do Processo Democrático, que tem seu ponto alto a promulgação da Constituição da República de 1988, e seus desdobramentos através de leis possibilitadoras do exercício dos direitos sociais que encontrariam seus momentos de maior expansão nos nossos governos progressistas de Lula e Dilma. Desde a Constituição de 1988 o Brasil trilhou avanços crescentes no que tange à sua soberania, culminando na esplêndida política externa desenvolvida pelo chanceler Celso Amorim no governo Lula.

Mudamos a nossa postura perante o mundo. Como ressaltou Chico Buarque, passamos a falar grosso com os EUA e com delicadeza com a Bolívia. Desenvolvemos importantes relações com os países da África e da América Latina, seja por questões históricas ou geopolíticas. Além disso, passamos a investir em infraestrutura, em desenvolvimento de tecnologia (sendo a descoberta do pré-sal a evidência maior desses

investimentos), além de investir na redução da desigualdade social.

Mas este importante processo de avanço em relação a nossa plena independência e à soberania nacional ficou travado com o Golpe e seus desdobramentos. São evidentes os retrocessos do momento histórico que estamos vivendo. Eles se refletem não só em todos os dados econômicos e de aumento da miséria, mas também quando passamos a ser pautados pela intolerância e pelo ódio ao outro, ao diferente.

A História testemunha que parcela poderosa, possivelmente hegemônica, da burguesia brasileira é apátrida. Quem nunca gostou dos nossos povos originários e tradicionais, de quem descendemos, como vai gostar do Brasil? O discurso das classes dominantes para justificar a opressão sempre foi no sentido de inferiorizar negros e índios, bem como mulheres e homossexuais, assim como gostam de disseminar a ideia de que o povo brasileiro é incapaz de construir uma grande sociedade.

Precisamos pensar um país verdadeiramente soberano, dono da sua história, titular do seu destino; economicamente forte, socialmente justo; um país acolhedor, saudável do ponto de vista ambiental, que preserve os seus recursos naturais, as suas riquezas para gerações futuras. Para construir tudo isso temos que pensar um Projeto Nacional para o Brasil.

### **Sobre o Projeto Nacional**

Diante de tantos retrocessos, desde de 2016 há uma movimentação maior de frentes, movimentos e partidos no sentido de pensar um Projeto Nacional ao Brasil. Neste contexto inclusive que em 2017 criamos no Congresso Nacional a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional.

Trago para reflexão em síntese os principais eixos que deveriam nortear o Projeto Nacional.

Como pano de fundo, reafirmamos o compromisso histórico com a construção de um socialismo democrático no Brasil, sabendo dos desafios que temos para discutir exatamente sobre o que isso seria. Mantendo então o socialismo democrático no horizonte, temos o desafio de no curto e médio prazo disciplinarmos e normatizarmos o capitalismo.

A despeito de todos os avanços e conquistas que tivemos nos nossos governos, não conseguimos nos desvencilhar de um capitalismo selvagem que na verdade tem se colocado cada vez mais hegemônico em grande

parte do mundo. Para a tarefa de “domesticar” e normatizar o capitalismo seria necessário:

**a)** Afirmar o princípio da comunidade e do bem comum em oposição ao poder do dinheiro, do mercado. Devem ser estabelecidos limites à livre iniciativa e à propriedade privada que devem estar subordinados às exigências superiores de um projeto de nação, do direito à vida, do bem comum e da convivência comunitária. Quem vive e explora os recursos de uma comunidade, deve compensar o ônus a essa mesma comunidade, até para possibilitar que todos da comunidade tenham os mesmos direitos e oportunidades;

**b)** Enfrentar o grave problema da violência. No Brasil temos estatísticas assustadoras – 60 mil homicídios/ano e 50 mil mortes no trânsito/ano (dado que não é devidamente discutido por causa dos interesses da indústria automobilística). Ou seja, mais de 110 mil mortes violentas no país a cada ano, o que supera o número de mortes de países que vivem declaradamente uma guerra civil. No combate à violência, além das necessárias medidas e políticas de segurança pública é necessária a afirmação do primado da vida; afirmar tudo aquilo que garante a vida, as políticas públicas sociais que garantem a vida – saúde, educação, segurança alimentar, saneamento básico e moradia. Carecemos com urgência no Brasil estabelecer no nível das leis e das práticas convencionais o primado da vida;

**c)** Afirmar o princípio constitucional da função social da propriedade e das riquezas. Esse princípio implica em realizar três reformas estruturais que ainda não conseguimos fazer: Agrária, Urbana e Tributária. Não é razoável que em pleno século XXI a especulação imobiliária prevaleça sobre o direito de moradia, sobre os espaços públicos, sobre a produção de alimentos saudáveis. Temos que enfrentar que o nosso sistema tributário é basicamente regressivo, onerando desproporcionalmente o trabalhador assalariado na sua renda e no seu consumo, enquanto desonera dividendos, grandes fortunas, doação e transmissão causa mortis;

**d)** Afirmar a soberania popular através do exercício efetivo dos deveres e direitos da cidadania, da democracia participativa. Neste ponto consideramos nos nossos governos poderíamos ter dado continuidade e aperfeiçoado o orçamento e planejamento participativo. Também na esfera federal o povo deve participar da definição das prioridades e execução dos orçamentos públicos. Esta, inclusive, é uma forma efetiva de combate à corrupção! Em um país de dimensões continentais como o

Brasil, a execução desta proposta se alia ao desafio do desenvolvimento regional e territorial;

**e)** Defesa das riquezas do país – além do pré-sal (em grande parte já entregues a empresas estrangeiras que nada investiram na pesquisa e agora terão acesso à exploração deste bem nacional) e das riquezas do subsolo que podem gerar renda e proporcionar uma revolução nas áreas de educação e saúde, não podemos admitir a venda irrestrita de terras a estrangeiros. É preciso defender as nossas águas, seja direta ou indiretamente (como na ameaça que se coloca com a proposta de privatização da Eletrobrás). Trata-se de um compromisso mínimo nosso com as gerações futuras;

**f)** Retomada da política externa voltada para fora do eixo exclusivo EUA-UE, abrangendo África, América Latina, Ásia e países árabes;

**g)** Integração das políticas públicas que são interdependentes – a educação depende da saúde (para que as pessoas tenham plenas condições de estudar), que, por sua vez, depende da nutrição e da segurança alimentar, assim como depende do saneamento básico, da moradia digna etc. Mas entre as políticas públicas, duas se destacam como fundamentais para o Projeto Nacional:

**1)** Educação, como um projeto pedagógico para o Brasil a fomentar a reflexão, e como projeto de desenvolvimento tecnológico e cultura, essenciais ao desenvolvimento da soberania

**2)** Trabalho, como um direito pessoal e um bem fundamental para o país, através do qual o país se constrói. Importante também perceber o trabalho dentro do contexto de novas formas de produção e de economia (economia solidária, cooperativismo).

## Conclusão

Consideramos então os seres humanos como seres sociais, que se desenvolvem em comunidade. A partir daí as comunidades devem ser fortalecidas no Estado nacional, cuja força está no exercício pleno de sua soberania. As integrações regionais e globais são extremamente importantes, mas não diminuem a necessidade de um Estado com identidade própria, economia forte e sustentável, que acolha seu povo promovendo o seu bem-estar de forma ampla e integrada. Por isso as políticas públicas de redução da desigualdade social e, sobretudo, de

fortalecimento da educação e do trabalho (inclusive nas suas novas formas) são primordiais para o estabelecimento de um Estado soberano.

## Referências

- ALONSO, Angela. Flores, votos e balas – o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888), São Paulo: Cia. Das Letras, 2015
- ARISTÓTELES. Política. (Trad. Nestor Silveira Chaves, São Paulo: Edipro, 2009
- BODIN, Jean, apud MARITAIN, Jacques. O Homem e o Estado. (Trad. Alceu Amoroso Lima), São Paulo: Agir, 1966.
- HOBBS, Thomas. Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. (Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Lizza da Silva). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o governo. (Trad. Anuar Aiex e E. Jaci Monteiro). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. (Trad. Lurdes Santos Machado). São Paulo: Ed. Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983
- SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo, Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

**\*Patrus Ananias de Sousa** é Deputado Federal, lecionou nas Faculdades de Direito e de Serviço Social da Pontífice Universidade Católica de Minas Gerais a cadeira de Direito do Trabalho, depois a cadeira de Introdução ao Estado de Direito; Dirigiu a Editora PUCMinas e o Instituto Jacques Maritain. Pesquisador da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e lecionou na Escola do Legislativo. Participou do processo de construção do Partido dos Trabalhadores foi eleito vereador em Belo Horizonte em 1988, eleito prefeito da mesma cidade em 1992; eleito deputado federal em 2002, foi convidado pelo presidente Lula para implantar o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Foi eleito novamente deputado federal em 2014 e assumiu no 2º governo da presidente Dilma Rousseff, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2018, foi reeleito Deputado Federal por Minas Gerais. Integra a Academia Mineira de Letras e o Centro Alceu Amoroso Lima para a Liberdade. Tem vários trabalhos publicados.